



MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

Câmara Municipal

APROVADO

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Armindo Moreira Palma Jacinto
(Bacharel em Eng. Produção Agrícola)

AJUSTE DIRETO

(termos da alínea d), do n.º 1 do artigo 20.º, artigo 112.º e artigo 114.º do Código de Contratos Públicos, e alterações introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto)

Caderno de Encargos para a aquisição de serviços:

Aquisição de serviços para **APOIO À POPULAÇÃO** do concelho de Idanha-a-Nova, no âmbito da validação do e-fatura, preenchimento do **IRS** e **CONSULTADORIA FISCAL AO CLAIM**

Este volume é composto por 013 folhas devidamente numeradas



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

ÍNDICE

Cláusula 1. ^a Objeto	3
Cláusula 2. ^a Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a Especificações Técnicas para a aquisição de serviços	4
ENQUADRAMENTO:.....	4
1. LOCAL / OBJECTO:	4
2. QUANTIDADES:.....	4
3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:.....	7
4. PAGAMENTO:.....	7
5. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS:	8
6. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A ADQUIRIR:	8
7. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS ADQUIRIR:	9
8. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL.....	9
9. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS	9
Cláusula 4. ^a Objecto do dever de sigilo	9
Cláusula 5. ^a Preço contratual	10
Cláusula 6. ^a Aquisição de serviços.....	10
Cláusula 7. ^a Resolução / Não cumprimento do contrato.....	11
Cláusula 8. ^a Resolução de litígios – Foro competente	11
Cláusula 9. ^a Cessão da posição contratual e subcontratação.....	11
Cláusula 10. ^a Notificações e Comunicações	11
Cláusula 11. ^a Contagem dos prazos.....	12
Cláusula 12. ^a Legislação aplicável.....	12
Cláusula 13. ^a Proteção de dados e princípio da transparência	12
Cláusula 14. ^a Revisão de Preços	13
Cláusula 15. ^a Modificação objetiva do contrato	13



Cláusula 1.ª | Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o AJUSTE DIRETO para a Aquisição de serviços para **APOIO À POPULAÇÃO** do concelho de Idanha-a-Nova, no âmbito da validação do e-fatura, preenchimento do IRS e **CONSULTADORIA FISCAL AO CLAIM.**
2. O objeto do presente concurso é caracterizado pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) - **71356300-1** (Serviços de apoio técnico);

Cláusula 2.ª | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º (Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar) do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º (Aceitação da minuta do contrato) desse mesmo diploma legal, ou seja, dois dias subsequentes no caso dos procedimentos de AJUSTE DIRETO ou consulta prévia.
5. O contrato entra em vigor, a partir da **DATA DA SUA CELEBRAÇÃO**, e/ou, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, <https://www.base.gov.pt/>, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.
6. O contrato termina, quando executados todos os serviços objeto do presente contrato e



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

aquisição de bens que lhe estão intrínsecos, se for o caso, esgotada a verba cativa para o presente procedimento, ou terminado o prazo definido para a sua execução.

7. O prazo de execução do contrato, conforme documentação do procedimento, não poderá ter uma duração máxima de contrato superior a 3 anos.

Cláusula 3.ª | Especificações Técnicas para a aquisição de serviços

O prestador de serviços, obriga-se a prestar o objeto do presente **AJUSTE DIRETO** conforme estabelecido nas descrições a seguir indicadas.

ENQUADRAMENTO:

Considerando que a população do concelho de Idanha-a-Nova é envelhecida e não tem acesso às plataformas digitais, torna-se necessário apoiar os munícipes na validação das faturas e no preenchimento do IRS do exercício de 2024.

Por sua vez torna-se também necessário o apoio técnico especializado nas áreas fiscal e contabilística, no âmbito do trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Emigrante e pelo Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Idanha-a-Nova. Salienta-se que, atualmente, verifica-se que esta necessidade é recorrente nestes serviços de apoio ao emigrante e ao migrante, pelo que a disponibilidade de acesso à consultadoria nestas áreas, apresenta-se como essencial para um correto atendimento e/ou acompanhamentos dos cidadãos.

1. LOCAL / OBJECTO:

- a) O presente procedimento diz respeito à Aquisição de serviços para **APOIO À POPULAÇÃO** do concelho de Idanha-a-Nova, no âmbito da validação do e-fatura, preenchimento do **IRS** e **CONSULTADORIA FISCAL AO CLAIM**, e será executado o objeto do presente contrato no **concelho de Idanha-a-Nova**;
- b) LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO: País: Portugal; NUT III: PT16H - Beira Baixa; Distrito: Castelo Branco; Concelho: Idanha-a-Nova; Freguesia: **Idanha-a-Nova e Alcafozes**; Localidade: **Idanha-a-Nova**.

2. QUANTIDADES:

O presente procedimento é constituído pela Aquisição de serviços para **APOIO À POPULAÇÃO** do concelho de Idanha-a-Nova, no âmbito da validação do e-fatura, preenchimento do **IRS** e **CONSULTADORIA FISCAL AO CLAIM**, na modalidade de **CONCURSO VALOR QUANTIDADE**, o



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

qual descreve sucintamente a necessidade da presente aquisição:

A. CONFIRMAÇÃO DESPESAS E-FATURA, PEDIDOS DE SENHAS FINANÇAS, OUTROS:

A Autoridade Tributária alargou a abrangência do IRS automático para um maior número de contribuintes. Irá assim disponibilizar declarações de IRS completamente preenchidas para esses contribuintes, que deverão ser analisadas e aceites ou não. No caso de não serem aceites deverão ser preenchidas e enviadas declarações novas.

Para além disso, desde 2018 que deixou de ser possível entregar o IRS em papel, sendo essa entrega feita apenas por via eletrónica.

Neste sentido é conveniente que as despesas sejam confirmadas no e-fatura até ao dia 25 de fevereiro de 2025. Este serviço contempla:

- i. Pedidos de senhas das Finanças
- ii. b) Confirmação de despesas no **E-FACTURA**;
- iii. Conforme no ano anterior, propomos a validação do e-fatura dos contribuintes com base nos seguintes procedimentos:
 1. Os contribuintes interessados deslocam-se às freguesias a fim de deixar o nome e contacto;
 2. Cada freguesia envia para a M&P por email (mp@monteipais.com) a listagem com os nomes e contactos dos contribuintes;
 3. A M&P entra em contacto com cada contribuinte a fim de recolher os dados e tratar dos procedimentos necessários à validação do e-fatura e demais assuntos conexos
 4. Em alternativa, os contribuintes podem contactar diretamente a empresa responsável pela prestação dos serviços, pelos seguintes meios:
 - i. Email: mp@monteipais.com
 - ii. Telefone: 272 337 403

B. APOIO NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO MOD.3 IRS 2024

À semelhança do que tem sido feito nos últimos anos, propomos prestar apoio à população do concelho de Idanha-a-Nova nos seguintes pontos:

- i. Preenchimento e envio da declaração Modelo 3 de IRS de 2024, cuja data de entrega é entre 01/04/2025 até 30/06/2025, para todos os contribuintes;
- ii. Esclarecer dúvidas diversas da população sobre o Código do IRS e outros temas conexos;



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

iii. Outras situações conexas.

Inicialmente o serviço será prestado de forma remota, em que os contribuintes deixam o contacto nas freguesias e a M&P presta o apoio necessário remotamente. De forma mais específica, propomos o seguinte:

- i. Os contribuintes interessados deslocam-se às freguesias a fim de deixar o nome e contacto até dia 04/04/2025
- ii. Cada freguesia envia para a M&P por correio eletrónico (mp@monteipais.com) a listagem com os nomes e contactos dos contribuintes até dia 08/04/2025
- iii. A M&P entra em contacto com cada contribuinte a fim de recolher os dados e tratar dos procedimentos necessários ao preenchimento da declaração do IRS e demais assuntos conexos a partir de 10/04/2025.
- iv. Em alternativa, os contribuintes podem contactar diretamente a empresa responsável pela prestação dos serviços, pelos seguintes meios:
 - Email: mp@monteipais.com
 - Telefone: 272 337 403

Posteriormente será agendada uma deslocação à Freguesia de modo a prestar o apoio necessário que não foi feito remotamente. A data a agendar dependerá da situação particular de cada freguesia, mas prevemos que seja entre a segunda semana de Abril e a segunda semana de Junho de 2025.

C. CONSULTORIA FISCAL CLAIM - CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

Dado existir necessidade de apoio de âmbito fiscal ao CLAIM de Idanha-a-Nova, é necessária Consultoria Fiscal a este Gabinete, de forma ao mesmo poder responder a necessidades de cidadãos migrantes.

À semelhança do ano anterior, propomos que o serviço seja prestado de forma remota, via correio eletrónico ou telefone, em que os técnicos contactam com o Gabinete. Após um contacto inicial com o CLAIM, existe um contacto direto com os cidadãos para prestar o apoio necessário e, caso exista necessidade, serão agendadas reuniões presenciais em local a combinar.



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Prazo de EXECUÇÃO do Contrato – **365** (Trezentos e Sessenta e cinco) **Dias**;

6. PAGAMENTO:

a. A quantia devida pelo Município de Idanha-a-Nova, será **PAGA FASEADAMENTE E DE ACORDO COM OS COMPROVADOS SERVIÇOS PRESTADOS**;

b. Qualquer pagamento só será efetuado, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, <https://www.base.gov.pt/>, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos;

c. A fatura será devidamente confirmada, pelo responsável do controlo do procedimento, e designado como gestor do contrato, **Cristina Isabel Damásio Preguiça**, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste;

d. Não há lugar a pagamentos antecipados ao Prestador de Serviços;

e. A fatura deve ser remetida sem custos de transação, utilizando a solução iLink EDI e Faturas eletrónicas acessível em <https://www.ilink.pt>, ou através do endereço de correio eletrónico expediente@idanha.pt, com o conhecimento do Gestor do Contrato que abaixo se indica, incluindo os seguintes elementos:

a. Descrição do contrato: **Aquisição de serviços para APOIO À POPULAÇÃO do concelho de Idanha-a-Nova, no âmbito da validação do e-fatura, preenchimento do IRS e CONSULTADORIA FISCAL AO CLAIM**;

b. N.º sequencial do compromisso;

c. N.º do Contrato GES;

d. IBAN, para efeitos de transferência bancária, se assim for o caso;

e. Incidência do IVA, em separado;

f. Documentação de suporte;

g. Emissão em NIF e nome: **"501 121 030"** do **"Município de Idanha-a-Nova"**.

f. Em caso de discordância, por parte do Município de Idanha-a-Nova, quanto ao valor indicado na fatura, deve esta comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de NOVA FATURA corrigida.

g. O atraso no pagamento da fatura regularmente emitida não autoriza a entidade



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

adjudicatária a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe incumbem por força do Contrato, salvo nos casos previstos no artigo 327.º (Exceção de não cumprimento invocável pelo co-contratante) do Código dos Contratos Públicos (CCP).

- h. O não pagamento atempado da fatura devida confere à entidade adjudicatária o direito de reclamar, nos termos previstos no artigo 326.º (Atrasos nos pagamentos) do Código dos Contratos Públicos (CCP).
- i. Os valores contestados pelo Município de Idanha-a-Nova e que vierem a ser objeto de correção não vencem juros de mora em caso de não pagamento.
- j. Desde que devidamente emitida e observado o disposto nos números anteriores, a fatura é paga através de **TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA** ou **CHEQUE**, conforme o previamente acordado.

7. OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS:

- a. As previstas no presente caderno de encargos em conjugação com o determinado no CCP e legislação conexa.
- b. As previstas no REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD), nos seguintes termos e condições:
 - i. A entidade adjudicatária deve acautelar, durante a execução do contrato, quando da recolha de eventuais dados (nomes e contactos dos contribuintes) o cumprimento com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), diploma que determina as regras relativas à proteção, ao tratamento e à livre circulação dos dados pessoais das pessoas nos países da União Europeia.
 - ii. No âmbito RGPD, o Município de Idanha-a-Nova não se responsabiliza por eventuais incumprimentos durante a execução do contrato, por parte da entidade prestadora dos serviços, objeto do presente concurso.

8. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS DOS SERVIÇOS A ADQUIRIR:

O presente procedimento é constituído pela Aquisição de serviços para **APOIO À POPULAÇÃO** do concelho de Idanha-a-Nova, no âmbito da validação do e-fatura, preenchimento do **IRS** e **CONSULTADORIA FISCAL AO CLAIM**, nomeadamente:

- a) Conforme, em TUDO descrito e quantificado no número seguinte.



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

9. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS SERVIÇOS ADQUIRIR:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	Aquisição de serviços para APOIO À POPULAÇÃO do concelho de Idanha-a-Nova, no âmbito da validação do e-fatura, preenchimento do IRS e CONSULTADORIA FISCAL AO CLAIM, na modalidade de CONCURSO VALOR QUANTIDADE, de acordo com todos os serviços e fornecimento de bens móveis que lhe estão intrínsecos, caso se aplique, definidos, na Clausula 3.ª, do Caderno de Encargos, nomeadamente:		
1.1	196,00	HORA	Execução de Horas Serviço, de acordo com TUDO o definido no Caderno de encargos, incluindo, a prestação de serviços para a CONFIRMAÇÃO DESPESAS E-FATURA, PEDIDOS DE SENHAS FINANÇAS, OUTROS;
			Execução de Horas Serviço, de acordo com TUDO o definido no Caderno de encargos, incluindo a prestação de serviços para o APOIO NO PREENCHIMENTO DA DECLARAÇÃO MOD.3 IRS 2024; e
			Execução de Horas Serviço, de acordo com TUDO o definido no Caderno de encargos, incluindo a prestação de serviços para a CONSULTORIA FISCAL CLAIM - CENTRO LOCAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

10. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL

Não se aplica.

11. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

12. De acordo com o definido no Caderno de Encargos.

Cláusula 4.ª | Objecto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Idanha-a-Nova, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Cláusula 5.ª | Preço contratual

1. Pelos serviços a adquirir, objeto do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, o Município de Idanha-a-Nova deve pagar ao prestador de serviços a quantia total de **7.840,00€** (Sete Mil oitocentos e quarenta Euros), a acrescer o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O valor base foi definido em função da consulta informal ao mercado efetuada pelos serviços requisitantes, com vista à recolha de estimativa orçamental para os serviços a prestar e fornecimentos dos bens que lhe estão associados, se assim for o caso.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].
4. O preço a que se refere o n.º 1 é pago, após conferência pelo Serviço responsável e/ou requisitante.

Cláusula 6.ª | Aquisição de serviços

1. Em cumprimento do artigo do artigo 17.º (Estudos, pareceres, projetos e consultoria) da Lei n.º 45-A/2024 de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para o ano de 2025, com as devidas adaptações, entende-se que a presente aquisição se trata de Trabalhos Especializados (*Outros trabalhos especializados*), e a mesma não carece de PEDIDO DE PARECER PRÉVIO obrigatório e vinculativo, por não se enquadrar nos serviços previstos no n.º 3 do citado artigo;
2. Ainda assim, foi autorizado o devido FUNDAMENTO DA NECESSIDADE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POR TRATAR-SE DE SITUAÇÃO EXCECIONAL, pelo órgão competente para a decisão de contratar, o Sr. Presidente, em 23 de janeiro de 2025, em função do valor do contrato e fundamento, para os devidos efeitos;
3. Devido ao presente procedimento PODER GERAR EVENTUALMENTE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, por conta do prazo de execução proposto e data de início da tramitação do procedimento foi emitida autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual em 20 de janeiro de 2025;
4. Em cumprimento do artigo 113.º do CCP - Escolha das entidades convidadas, não existe



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

inconveniente em convidar a apresentar proposta, a entidade a consultar.

Cláusula 7.ª | Resolução / Não cumprimento do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Idanha-a-Nova pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, comunicada por qualquer meio escrito.

Cláusula 8.ª | Resolução de litígios – Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal Administrativo de Círculo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 9.ª | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Na falta de estipulação contratual ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, são admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos do definido nos artigos 316.º e seguintes do CCP - CAPÍTULO VI - Cessão da posição contratual e subcontratação.

Cláusula 10.ª | Notificações e Comunicações

1. As notificações previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
5. No contrato podem as partes estipular que a validade das comunicações efetuadas por



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

correio eletrónico fique sujeita à condição da sua utilização obedecer a requisitos suplementares.

6. As comunicações ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

Cláusula 11.ª | Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
2. Sem prejuízo da possibilidade de fixação de um prazo superior no programa do procedimento ou no convite, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Em virtude da não fundamentação, o prazo de vigência do contrato a celebrar não pode exceder três anos, para contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços.

Cláusula 12.ª | Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, suas alterações e legislação conexas.

Cláusula 13.ª | Proteção de dados e princípio da transparência

1. O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.
2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
3. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

publicitação do contrato, é feita no Portal BASE (<https://www.base.gov.pt/>), incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

4. Nestes termos dispõe ainda o Código dos Contratos Públicos, a introdução de melhorias e aperfeiçoamentos ao regime vigente, bem como, a introdução de medidas de transparência e boa gestão pública. Deste modo entende-se que à formação dos contratos aplicam-se os princípios gerais da contratação pública, em especial, também o da transparência, deste modo, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, relativamente à aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a todos os contratos públicos no âmbito do CCP, deverá ser aplicado o princípio da transparência, princípio este, que se sobrepõe ao ora citado RGPD.

Em súmula, previnem-se todos os concorrentes, candidatos e/ou interessados da sobreposição do PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos) ao RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Cláusula 14.ª | Revisão de Preços

1. Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 15.ª | Modificação objetiva do contrato

O contrato pode ser objeto de modificação nos termos previstos no CAPÍTULO V - Modificações objetivas do contrato, no artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.